

HOMENS NA ESCOLA NORMAL E A PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE PARA OS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DE TERESINA (PI): 1910 Á 2000

Adriana Lima da Silva¹

Maria da Conceição da Silva Sales²

Jânio Jorge Vieira de Abreu³

Universidade Estadual do Piauí - UESPI

INTRODUÇÃO

A profissionalização docente tem sido objeto de muitas discussões na academia científica e no sistema escolar em geral, entre outros temas em debate e relacionados a este campo, podemos destacar: a formação inicial e continuada, a carreira profissional, o ofício docente, a autonomia profissional, etc.

Com relação ao ofício de professor podemos destacar que o trabalho docente tem tido, sobretudo no último século, um perfil identitário confuso, de afirmação e auto-afirmação enquanto profissão, tem uma história de crença e descrença, de prestígio e desprestígio social. Além disso, como consequência dos fatores já mencionados, concorremos com a problemática das relações de gênero nas escolas, entendendo gênero como uma construção social e histórica das diferenças percebidas entre os sexos, o que tem promovido formas discriminadoras e preconceituosas de exercer ou de gerir a função docente nas escolas.

No Piauí, em todo o Brasil e em outras partes do mundo, embora sejam inúmeros os problemas que afetam a profissão docente, destacando aí as precárias condições de trabalho e salariais, o que tem provocado insatisfação generalizada a profissionais e estudantes da área e inquietado alguns pesquisadores, ainda é um campo de trabalho que atrai muito as pessoas. Isto porque, mesmo a/o profissional de educação sendo tão explorado/a quanto desprestigiado/a, com área de atuação específica, mas, em muitas situações sem contorno definido e valor restrito em nossa sociedade, exercer a profissão de professor/a é garantir um estatuto profissional representável social e historicamente. São inúmeras as pesquisas que procuram mostrar o que é ser um profissional de educação escolar e todas elas são sempre

¹ Acadêmica do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia – Campus Clóvis Moura – UESPI e Membro Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Projetos de Pesquisa-Ação Social e Educativa - NEPPASE.

² Acadêmica do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia – Campus Clóvis Moura – UESPI e Membro Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Projetos de Pesquisa-Ação Social e Educativa - NEPPASE.

³ Professor Assistente Nível III do Quadro Efetivo em Regime de Dedicção Exclusiva da Universidade Estadual do Piauí – CCM – UESPI, orientador das alunas acima e Coordenador do Núcleo de Estudos e Projetos de Pesquisa-Ação Social e Educativa – NEPPASE vinculado ao CNPq e à PREX e PROP - UESPI.

concluídas com o olhar crítico do leitor exigindo a resposta a um questionamento que é comum, inclusive em outras profissões: o que é mesmo ser professor?

Devo iniciar com uma afirmativa também comum entre as conclusões de muitos estudos sobre o tema de que não é possível definir o que é ser um professor. Acreditamos, porém, que esta resposta está na busca ou na explicação do que ele ou ela faz, de suas atribuições, de sua competência, do que foi pensado e planejado para o exercício ou ofício docente, é especialmente o que pode ser, entre todos estes aspectos, a sua prática ou uma prática comum entre seus pares, de acordo com a formação, a carreira, etc.

Partimos do pressuposto de que não é possível compreender o que é ser professor sem uma viagem pela história e sem perder de vistas nesta trajetória as nuances ou as variáveis deste percurso. Assim, devemos especificar a quem estamos nos referindo, o gênero, a categoria e o nível de ensino dos profissionais que estamos focalizando.

SER HOMEM PROFESSOR DE CRIANÇAS EM TERESINA (PI)

A história da educação no Piauí mostra que passamos cerca de dois séculos para criar um sistema de ensino no Estado. Das primeiras tentativas de implantação de escolas iniciadas em 1733, já muito atrasados em relação a outras províncias do Brasil, até a sistematização do ensino na década de 1960 (BRITO, 1996) passaram-se 227 anos sem que o Estado pudesse elaborar um Plano Estadual de Educação ou colocar a educação escolar prioritariamente a serviço do desenvolvimento do Piauí. Se não fosse pela precocidade e individualidade do professorado e dos estudantes piauienses não teríamos boas referências na Educação do Piauí, pois pelas iniciativas públicas em favor da coletividade, avançamos muito lentamente.

Nesse percurso, vivemos todos os tipos de dificuldades no processo de escolarização e hoje, com um sistema de ensino recente, ainda nos deparamos com situações adversas na profissionalização docente do professorado piauiense, sobretudo no que se refere à profissionalização dos homens, pois vivemos no contexto de uma sociedade patriarcal⁴ e androcêntrica⁵ em que as relações de gênero produzem e reproduzem valores que influenciam

⁴ Patriarcal origina-se de uma sociedade que pratica o patriarcado e significa o modelo de sociedade baseado na autoridade paterna, na supremacia da figura masculina, daí ser chamada sociedade patriarcal. Segundo a crítica feminista radical, o patriarcado é um sistema social sustentado ideologicamente pela heterossexualidade compulsória, violência masculina, socialização de papéis de gênero e modo de organização da vida e do trabalho em que os homens dominam as mulheres econômica, sexual e culturalmente, a partir do lar (SOUSA & CARVALHO, M., 2003).

⁵ Androcêntrica é a sociedade que pratica o androcentrismo, o que significa a visão do homem como o centro, como a norma para os seres humanos; refere-se aos sistemas de valores da cultura dominante baseada em normas masculinas. (CARVALHO, M., & SOUSA, 2003).

em toda a vida da sociedade, inclusive, na escolha profissional das pessoas e nos espaços onde elas devem atuar. Isso contribui para que a identidade do/a professor/a piauiense e brasileiro/a apresente-se hoje fragmentada, confusa e desagregada, sequestrada que foi pela expropriação crescente das suas condições de realização e afirmação. Para Miguel G. Arroyo (2000, p. 10):

No próprio sistema escolar há no imaginário sobre a educação uma despersonalização que não acontece em outros campos sociais (...) uma despersonalização do magistério em que o professor e a professora são vistos apenas como apêndices (...) toda relação educativa será uma relação de pessoas, de gerações, o encontro dos mestres do viver e do ser, com os iniciantes nas artes de viver e de ser gente. Os mestres no seu próprio ambiente de trabalho não são colocados no centro da pedagogia como deveria, são considerados apêndices.

Para Ezequiel Teodoro da Silva (1995) o/a professor/ra brasileiro/ra de Ensino Fundamental vem sendo cada vez mais espoliado/da, cada vez mais expropriado/da do seu saber, do seu salário, do seu prestígio e do seu poder político. É desse tipo de circunstância que o capitalismo se alimenta e se reproduz. Isto não tem desestimulado, contudo, grande parte dos professores, apesar desta realidade ser escancarada socialmente e das inquietações da classe dos trabalhadores em educação pública diante da situação vivida no magistério, os interessados ao cargo de professor do Ensino Fundamental em Teresina:

Eu trabalhei aqueles anos no comércio de Teresina, pois não consegui uma vaga no magistério, mas quando veio o concurso, muitas vagas, eu botei na cabeça, pode ser minha chance, apesar de estar até subindo na empresa, eu já estava estagiando pra chefe de abastecimento, as pessoas falavam: no Piauí o professor ganha mal e ainda atrasam os salários, aquela coisa toda, a vontade era muito grande e algumas pessoas me apoiaram, a maioria das minhas irmãs são professoras, ai eu botei na cabeça: sabe de uma coisa! Eu vou fazer o concurso.(PROFESSOR 12)

Michael W. Apple (1988, p. 15) afirma a impossibilidade de se compreender o ensino sem levar em conta que se trata de um trabalho realizado majoritariamente por mulheres. Para ele, há uma correlação histórica entre o acesso de um grande número de mulheres ao magistério e as transformações desta ocupação, o que implica em que “não podemos sequer entender por que os currículos são feitos da maneira como são se não compreendermos, ao mesmo tempo, quem é que está ministrando as aulas”. Isto é resultado do tratamento que o Estado e a sociedade ofereceram a atividade docente durante muito tempo.

O magistério como prolongamento das tarefas maternas; a habilitação como um zero à esquerda; a atualização como dois zeros à esquerda; a couraça do caráter na timidez e no fingimento. Ordem. Submissão. Segurança. Burocracia. Sentido compulsivo do dever. Uma certa disposição para aceitar e valorizar o trabalho repetitivo e carente de significados (SILVA, 1995, P. 115).

Marisa Cristina Vorraber Costa (1995) questiona o porquê do fato de um grande número de mulheres no século XX, dirigir-se para a medicina ou o direito e não feminizar estas profissões, e por que este mesmo fenômeno demográfico afetou tão profundamente a docência. Mesmo que as mulheres venham procurando profissionalizar-se em diversas áreas, em nenhuma delas isto se verificou de forma numericamente tão intensa quanto o caso do magistério. Fundamentada em análises históricas, a autora conclui que, o magistério foi um dos primeiros campos profissionais que se abriu para as mulheres sob o olhar aprovador da sociedade. As mulheres são de certa forma impelidas para o magistério sob o argumento construído dentro da lógica do patriarcado que associa a tarefa educativa com a maternidade.

Um grande número de mulheres se dirigem hoje para diversos campos de trabalho por força das conquistas que os movimentos feministas vêm alcançando nas últimas décadas. No entanto, as mulheres não obtiveram o espaço nas profissões elitizadas (medicina, direito etc). como também não têm espaço os negros e outras minorias desfavorecidas com a mesma força que conquistaram no campo do trabalho docente. Além do mais, a docência é uma atividade meio nas conquistas femininas na sociedade contemporânea. È através da atividade docente que as mulheres legitimam o seu espaço público negado durante muito tempo. Assim, a feminização do magistério explica-se como um fenômeno político, social e não neutro, resultado de uma cultura intencional de desvalorização de um campo de trabalho que celebrou a mulher como profissional por excelência para baixar os custos da atividade docente.

Agnes Heller (1972, p. 94) afirma: “quanto mais se estereotipam as funções, tanto menos pode crescer o homem até a altura de sua missão histórica e tanto mais infantil permanece”. Mas essa divisão sexual é histórica, social. Neste sentido, não é realidade universal e atemporal. Em alguns espaços e níveis de ensino, o magistério tem se transformado em uma prática de educação sexista⁶ e estereotipada⁷ que gera preconceitos⁸,

⁶ Educação sexista, é aquela que promove a desigualdade entre homens e mulheres. (SOUSA & CARVALHO, 2003).

⁷ Educação estereotipada é aquela que promove ideias preconceituosas sobre indivíduos impondo padrões fixos, invariáveis e negando as diferenças individuais e culturais.

⁸ Preconceito é entendido neste texto como um conceito previamente elaborado sem uma análise objetiva da realidade. È uma ideia ou opinião formada sem conhecimento dos fatos, um julgamento irrefletido (interpretação dos dicionários: Aurélio e O Globo).

como exemplo, com relação ao ingresso e atuação de homens professores no trabalho docente com crianças.

O HOMEM PROFESSOR E A ORGANIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL EM TERESINA (PI)

A partir de 1972, as escolas de Teresina, e, progressivamente, de todo o Estado, pertencentes à rede estadual de ensino, foram reorganizadas em “Complexos escolares”⁹ de acordo com os princípios estabelecidos na então reforma do ensino de 1º Grau, efetuada pela Lei 5692/71. Segundo tais princípios, os sistemas de ensino deveriam reorganizar-se tendo em vista uma “maior integração vertical”, substituindo-se a “divisão quádrupla” pela “divisão tríplice do ensino” e uma “maior integração horizontal”, que deveria instituir medidas racionalizadoras da aplicação dos recursos materiais e humanos envolvidos com a educação. Pelo primeiro princípio os antigos cursos primário e ginásial se fundiriam, transformando-se no ensino de primeiro grau de 08 séries e o segundo princípio se consubstanciaria nos diversos graus de “integração física” propostos no relatório e na Lei citados e assumidos no Plano Estadual de Implantação da Reforma.

Para o primeiro Grau, no Piauí, foi colocada como meta educacional a “reunião de pequenos estabelecimentos em unidades mais amplas”, deixando de existir paulatinamente as antigas escolas primárias e os ginásios, bem como a sua condição de escolas isoladas e autônomas, passando a funcionar sob uma mesma gerência técnico-administrativa e pedagógica, instalada em uma unidade central em torno da qual se distribuem outras unidades, formando este conjunto de escolas, localizado em determinada área urbana, um complexo escolar. A estrutura de um complexo escolar, no Piauí, compôs-se de Superintendência, Secretaria Geral, Coordenação Pedagógica, Biblioteca, Laboratórios e Unidades Escolares; estas por sua vez, possuíam suas próprias Diretorias e Secretarias e algumas, uma pequena biblioteca em formação.¹⁰

Na verdade, os dois blocos do ensino fundamental brasileiro, o antigo ensino Primário (ensino de 1ª a 4ª série) e o Ginásio (ensino de 5ª à 8ª série), que depois transformou-se em 1º ao 4º ciclo (nomenclatura já substituída), jamais se constituíram num processo de ensino/aprendizagem unificado e contínuo. Originários de dois tipos de escolas (grupo escolar

⁹ A organização do sistema de ensino do Estado do Piauí permaneceu com esta nomenclatura até o início da década de 90 quando as escolas foram reorganizadas em Diretorias Regionais. Neste ano de 2003, as escolas e o sistema de ensino estadual sofreram novas mudanças e foram organizadas em Gerências Regionais de Educação.

¹⁰ Cf. Piauí, Secretaria da Educação. Plano Estadual de Implantação da Reforma, 1985, p. 21.

e ginásio) e de formas diversas de organização do ensino, estas duas etapas da escolarização foram unificadas pela Lei 5.692 de 1971, em ensino de primeiro grau de oito anos, mas mantiveram identidades próprias, culturas escolares distintas e diferenças de organização decisivas, tais como a presença da professora de classe nas quatro séries iniciais e a divisão por disciplinas a partir da 5ª série. (CARVALHO, 1999).

Além destas modificações na organização escolar propriamente dita, assistiu-se a um crescimento desenfreado da estrutura técnico-burocrática central responsável pela administração no Estado – a Secretaria da Educação – com a multiplicação de departamentos, setores, divisões, equipes especiais, grupos de trabalho, enfim, todo um aparato de funções técnicas, administrativas e pedagógicas tido como necessário para dirigir, coordenar e sustentar o desenvolvimento educacional do Piauí.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de dezembro de 1996 (LEI nº 9.394/96), manteve, com o nome de Ensino Fundamental, em um curso de oito anos equivalente ao antigo primeiro grau, mas em janeiro de 2006 o Senado aprovou o Projeto de Lei nº 144/2005 que estabeleceu a duração mínima de nove anos para o Ensino Fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos seis anos de idade. Em fevereiro de 2006, o presidente da república sancionou a lei nº 11.274 regulamentando o Ensino Fundamental em nove anos. A legislação previa que tal medida deveria ser implementada até 2010 pelos Municípios, Estados e Distrito Federal. Em resumo, o Pré da Educação Infantil passou a fazer parte do Ensino Fundamental, sendo agora o 1º ano desse ciclo. O Ensino Fundamental passou a ser organizado em cinco anos iniciais para crianças de 6 a 10 anos e, com quatro anos finais para adolescentes de 11 a 14 anos (BARUEL et al, 2012).

O 1º ano do Ensino Fundamental deveria manter sua identidade pedagógica e de instalações, observando, ainda, as orientações do Ministério da Educação de que a entrada no novo fundamental não poderia representar uma ruptura com o processo anterior, vivido pelas crianças em casa ou na instituição de Educação Infantil, mas sim uma forma de dar continuidade às suas experiências para que elas, gradativamente, sistematizem os conhecimentos (BEAUCHAMP et al, 2006).

Assim, para o Sistema Oficial, a infância é entendida, por um lado, como categoria social e como categoria da história humana, englobando aspectos que afetam também o que temos chamado de adolescência e juventude. Por outro lado, a infância é entendida como período da história de cada um, que se estende, na nossa sociedade, do nascimento até aproximadamente dez anos de idade.

OS HOMENS NAS ESCOLAS DE FORMAÇÃO PARA ENSINO DE CRIANÇAS

A presença física do masculino nas escolas de formação para o trabalho docente com crianças sempre foi muito baixa em relação às mulheres ou até inexistente. Fatores econômicos, culturais, sociais, etc. contribuem para as dificuldades de acesso de homens aos cursos de preparação para o magistério da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Mergulhando um pouco na história da Escola Normal, que é a principal instituição formadora para este nível de ensino no Brasil, é possível identificar os principais elementos que vêm justificar o fenômeno do processo de feminização e evasão dos homens do trabalho docente com crianças. Veja o depoimento de um professor e ex-estudante:

Muitos colegas que fizeram o magistério comigo não tinham na cabeça o objetivo de exercer a função, a maioria que estava lá, eu digo porque hoje a gente comprova, dos colegas que se formaram comigo, só eu estou em sala de aula, tem algumas das mulheres, mas de homem o único sou eu. (PROFESSOR 12).

Francisca Cardoso da Silva Pires (1985) num estudo pioneiro sobre a implantação da Escola Normal no Piauí mostra que as primeiras Escolas Normais do Brasil eram destinadas exclusivamente ao sexo masculino. Com a falta de alunos, de condições de trabalho e a desvalorização do magistério a escola vai se transformando em escola para mulheres e o currículo destas escolas no Brasil vai se adequando mais à formação de esposas e mães. No Piauí, também, nas primeiras décadas de funcionamento da Escola Normal fundada em 1909, seu currículo era mais voltado para a preparação das esposas e mães da classe dirigente e dominante do Estado. Um curso que inicia como “arrimo dos pobres”, se torna, na Primeira República no Piauí, juntamente com o Liceu piauiense, uma das principais escolas formadoras da elite do Estado.

Nas primeiras décadas do século XX, de 1910 a 1940, na Escola Normal do Piauí, sobretudo em Teresina, pobres não tinham espaço e aqueles que, por alguma oportunidade ou por acesso através do exame de admissão conseguia nela se inserir, eram mais candidatos a desistir ou pedir transferência do que concluir o curso de magistério. Grande parte das/dos alunos/nas, em sua maioria mulheres, desistia ou pedia transferência para outras instituições, outros cursos. As dificuldades, entre outros motivos: a carência de recursos financeiros e as difíceis tarefas do Curso Normal. Os homens, além de poucos, eram, em termos proporcionais, mais propensos à evasão da escola.¹¹

As alunas eram ricas, filhas de comerciantes, fazendeiros, políticos etc. Nessas escolas do centro de Teresina só estudavam gente que tinha condições, os poucos pobres que estudavam eram pobres, mas não moleques. Eu posso citar como exemplo: Iara Lago filha de Ocilo Lago, um rico comerciante da época, ela era a melhor aluna da minha turma. Só eram professoras ou diretoras de escolas primárias pessoas abastadas, pessoas escolhidas a dedo. A viúva do Sr. Dota Oliveira, dono da casa Dota ali da praça Saraiva era professora da Escola Barão de Gurguéia, a Diretora era Dona Olga Batista, mulher muito bem vista na alta sociedade Teresinense. Tinha a família Couto, que tinha minha professora Éster Couto e sua irmã, que foi diretora aqui desse colégio do Barroão, além de outras famílias ricas. Diretora primária era só gente grande. Hoje não! Qualquer moça, qualquer professora competente é diretora de um colégio. (Professor João Carvalho Mendes, maio de 2003).

Para cursar a Escola Normal era importante passar pelo curso da escola de adaptação.¹² Embora se tratasse de um percurso árduo para alunos e alunas da referida escola, para os pobres se constituía numa barreira muito mais difícil. A Escola Normal do Piauí, hoje Instituto de Educação Antonino Freire, funcionou como estabelecimento público a partir de 1910¹³. Nos primeiros anos da sua instalação definitiva a escola foi exclusivamente feminina. Embora, como salienta Norma Patrycia Lopes Soares (2003), nas tentativas anteriores de implantação do ensino normal no Piauí tenha havido a formação de um pequeno grupo de homens, entre eles: Pedro Valesiano de Moraes, em 1888. Após estes anos, os homens somente voltam a frequentar a escola de forma presencial na década de 30 do século XX quando um grupo de Floriano (PI) ingressou na escola para conclusão do curso, pois somente em Teresina o curso era oferecido por completo. Esta ausência física dos homens na Escola Normal encontra ressonância na análise que Pierre Bourdieu (1999) faz da construção social dos sexos quando procura mostrar que é no processo de socialização/educação que se inculca o *hábitus* sexuado e sexuante, ou seja, constroem-se os sujeitos masculinos e femininos e os espaços onde eles devem estar. Francis Musa Boakari (1998, p. 560) explicita bem a relação educação e sociedade:

A educação no seu sentido mais geral, é um dos elementos da sociedade e assim, compartilha da sua característica polêmica. Ela é determinada pela e determinante da sociedade. Através dela, os membros das sociedades tentam

¹¹ Informações prestadas pela professora Enid Matos Rocha em entrevista concedida a este pesquisador no dia 27/09/02 e pelo professor João de Carvalho Mendes em entrevista concedida em 30/06/03.

¹² Escola de preparação para o Curso de Magistério Normal. Consta nos processos dos alunos de 1937.

¹³ Lei nº 548 de março de 1910, no Governo de Antonino Freire da Silva.

comunicar-se entre si garantindo assim algum grau de continuidade dos grupos.

Isso muda de grupo social para grupo social, de sociedade para sociedade. É resultado das diversas formas de educar, como coloca Carlos Rodrigues Brandão (1981, p. 10): “Educação, educações”. É o resultado da forma como se estabelecem as relações de gênero em nossa sociedade (relações desiguais, dominação do homem sobre a mulher, preconceituosas, etc.). Estas relações interferem em todos os momentos de nossa vida. Nas atividades, no pensamento e até nos sentimentos. Não são naturais, são culturais, ideológicas, sociais, reproduzidas e mantidas através dos símbolos, valores, instituições, etc. que interferem na construção de nossa identidade pessoal. Nesta tarefa a família, a escola, a igreja, a mídia etc. são componentes principais e têm cumprido o papel de controle social na criação, reprodução e produção de valores que sustentam as relações comerciais, culturais, de gênero e sociais em geral.

A formação do primeiro normalista homem após a implantação efetiva da Escola Normal em 1910, aconteceu em 1918¹⁴. Após este, a partir de 1936¹⁵ alguns homens se formaram nesta escola, ainda assim, o masculino continuou com presença quantitativamente pequena no corpo discente da Escola Normal Oficial do Piauí.

Entre os alunos e alunas que se formaram na turma de 1940 identificamos: João Carvalho Mendes e Horácio Vieira da Rocha Filho. Eles chegaram a atuar no magistério primário de Teresina, mas seguiram outras carreiras profissionais. O professor João Carvalho Mendes, aos 89 anos, é hoje aposentado pelos Correios e o professor Horácio Vieira da Rocha Filho, tornou-se jurista e também encontra-se aposentado aos 91 anos de idade.

Na década de 1930 e 1940 outros homens¹⁶ passaram e se formaram pela Escola Normal de Teresina. Até o final da década de 1950 os alunos e alunas da Escola Normal eram de classe média.¹⁷ Um percentual deles vinha da cidade de Floriano (PI) onde a escola Normal só oferecia as três primeiras séries do Curso Normal, necessitando, portanto, a conclusão do

¹⁴ Felismino de Freitas Weser (informações coletadas no arquivo do Instituto de Educação Antonino Freire.

¹⁵ Informações dos processos de alunos concludentes da Escola.

¹⁶ Entre outros homens constam nos arquivos do Instituto de Educação Antonino Freire, os concludentes: James da Costa Azevedo, 1936; João Barbosa Matos, 1937; Horácio Vieira da Rocha Filho, João Carvalho Mendes e Antonio Alves da Rocha, 1940; Dion Gadelha Rocha, 1941.

¹⁷ Na maioria dos processos e Livros de Registros sobre a vida escolar das alunas e alunos constam dados que me possibilitaram catalogar: número de concludentes, número de matrículas, número de transferidos etc e ainda a classe social a partir da profissão dos pais e mães que foram, em sua maioria, até 1950: comerciantes, funcionários públicos, advogados, engenheiros, professoras, funcionárias públicas etc. De 1950 até 2003, os estudantes foram, em sua maioria, filhos de: lavradores, carpinteiros, pedreiros, operários em geral, domésticas, lavadeiras de roupa etc.

magistério Normal na capital Piauiense, pois na época, para concluir o Curso Pedagógico, era necessário, cinco anos de estudo.

CONCLUSÕES REFLEXIVAS

Nossas reflexões conclusivas mostram os seguintes resultados: os alunos que escolhiam a Escola Normal, em sua maioria, o faziam mais pelo prestígio social, pela qualidade do ensino e pelo o que esta Instituição representava para a sociedade da época e não pelo magistério enquanto campo profissional ou pelo desejo de trabalhar com crianças. A Escola Normal, apesar de ser uma escola de habilitação profissional que formava especificamente para o magistério, possuía uma base curricular comum capaz de preparar para uma boa faculdade, o que a tornava um passaporte dos alunos que nela ingressavam para o Ensino Superior.

Assim, a maioria dos homens que optavam pelo curso pedagógico buscavam, na realidade, uma escola de alto nível de ensino para consequentemente alcançar um curso superior e de bom prestígio social. Cópias de documentos pessoais que constam nos processos dos ex-alunos da Escola Normal são indícios fortes para estas afirmações e também identificam a classe social dos estudantes da escola na época. Eram alunos de classe média filhos de profissionais liberais como: médicos, juristas, políticos, funcionários públicos, comerciantes, etc. Os filhos da elite dominante do Estado eram conduzidos para estudar nos grandes centros do país, os filhos da classe média ocupavam as duas melhores escolas do Piauí – Escola Normal e Liceu Piauiense, e os pobres eram excluídos da escola por que não podiam se manter em nenhuma das situações de educação escolar acima citada.

Podemos afirmar que os filhos das classes populares ficavam fora da Escola Normal pelo alto custo dos estudos e pelas exigências no processo ensino-aprendizagem da instituição, pois além desses alunos serem impedidos em função do baixo poder aquisitivo dos pais, eles encontravam obstáculos também nas normas tradicionais de aprendizagem que condicionavam os interessados a passarem por testes seletivos de acesso às referidas instituições. Isto porque para ingressar na Escola Normal, os alunos deveriam ser submetidos a uma banca examinadora, um exame tão rígido que chegou a ser chamado de “barreira do inferno”¹⁸. Diante disso, podemos inferir que a Escola Normal durante a primeira metade do século XX, era uma escola de qualidade que, com seus métodos de ensino tradicionais,

¹⁸ Informações prestadas pela ex-professora da Escola Normal Oficial do Piauí Enid Matos Vieira da Rocha.

excluía as pessoas menos favorecidas. Tinha, pois, duplo caráter seletivo: além de excluir os homens, excluía também os pobres.

A partir de 1948 a Escola Normal começou a se popularizar, sobretudo com a criação do ginásio para formação e preparação básica do curso de magistério normal. Os alunos oriundos das classes populares começam a se inserir nesta escola, os de classe média vão se evadindo e junto com estes o prestígio, o status e a qualidade do ensino vão aos poucos nas décadas seguintes caindo, mudando assim o quadro sócio-econômico dos normalistas da Escola Normal Oficial do Piauí.

No final dos anos de 1950 e início dos anos de 1960 os homens desaparecem dos quadros da Escola Normal e reaparecem continuamente e em baixo índice só a partir de 1966 (ABREU, 2003). Na segunda metade do século XX esta instituição já é uma escola para as classes populares. Os alunos e alunas que nela estudam já possuíam outro perfil: são filhos de lavadeiras, comerciários, carpinteiros, pedreiros, etc. Se antes, com um ensino de boa qualidade estudavam os filhos/as das camadas médias da sociedade, depois, com o baixo nível da qualidade do ensino, estudam os filhos/as das camadas populares do Piauí. Assim foi a profissionalização na Escola Normal. No período em ela era mais qualificada estudava o filho do engenheiro, do comerciante, do fazendeiro, mas quando a Escola Normal torna-se menos qualificada estuda o filho do pedreiro, do comerciário, do posseiro, etc. Nestes dois momentos os homens a procuram, embora com objetivos diferentes, em nenhum deles aspiravam a docência primária. Antes eles eram estudantes profissionais à procura de ascensão social, depois são estudantes trabalhadores á procura de inserção no mercado de trabalho ou simples inserção social.

REFERÊNCIAS

ABREU, Jânio Jorge Vieira de. **Homens no magistério primário de Teresina (PI): 1960 a 2000**. Teresina, 2003, 201 f., Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí.

APPLE, Michel W. **Ensino e trabalho feminino: uma análise comparativa da história e ideologia**. Cadernos de pesquisa, São Paulo, nº 64, fev. 1988.

ARROYO, Miguel G. **Ofício de mestre: imagens e auto-imagens**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000. 251p.

BEAUCHAMP, Jeanete; PAGEL, Sandra Denise; NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro do (Orgs). **Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade**. Brasília: MEC / Secretaria de Educação Básica, 2006, 139 p.

BARUEL, Elisete Oliveira Santos & MACHADO, Sheila Cristina de Almeida e Silva. **Como entender a mudança para nove anos do Ensino Fundamental?: para entender a mudança**. Disponível em: <http://www.planetaeducacao.com.br/portal/artigo.asp?artigo=815> .

BOAKARI, Francis Musa. **A Sociologia de Educação: contextualizando a discussão**. In ARAÚJO, Antônia Dilamar & BOAKARI M^a Salete Linhares. (Orgs.).Linguagem: escolar e comunidade. Teresina: EDUFPI, 1998. (p. 558-572).

BOURDIEU, Pierre: **A dominação masculina**. Tradução: Maria Helena Kahner. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999. 160p.

BRASIL, MEC/SEED/FUNDESCOLA – PIAUÍ. **Manual de operacionalização do PROFORMAÇÃO**. Brasília: 2002.

BRITO, Itamar Sousa. **História da Educação no Piauí: enfoque normativo, estrutura organizacional e processo de sistematização**. Teresina: EDUFPI, 1996, 209 p.

CARVALHO, Marília Pinto de. **No coração da sala de aula: gênero e trabalho docente nas séries iniciais**. São Paulo: Xamã, 1999, 247 pp.

COSTA, Marisa Cristina Vorraber. **Trabalho docente e profissionalismo**. Porto Alegre: Sulina, 1995. 280 p.

FERRO, Maria do Amparo Borges. **Educação e Sociedade no Piauí Republicano**. Teresina: EDUFPI, 1996. 138 p.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1972.

PIAUI, Secretaria de Educação e Saúde. **Escola Normal “Antonino Freire”: anuário 1960**. Teresina, 75 p.

PIAUI, Secretaria da Educação. **Lei nº 3.278 de 10/06/1974**. Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público de 1º e 2º Graus e dá outras providências.

PIAUI, Diário Oficial nº 50. **Secretaria de Estado da Educação: concurso público**, 17 de março de 1993.

PIAUI, Diário Oficial nº 35. **Secretaria de Estado da Educação: concurso público**, 18 de fevereiro de 2000.

PIRES, Francisca Cardoso da Silva. **Escola Normal no Piauí: implantação e desenvolvimento (1864 a 1910)**. Piracicaba, UNIMEP, 1985. 127 p.

SILVA, Ezequiel Teodoro da. **Professor de 1º grau: identidade em jogo**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1995 (Coleção Magistério: formação e trabalho pedagógico), 130 pp.

SOUSA, Valquíria Alencar de & CARVALHO, Maria Eulina de. **Por uma educação escolar não-sexista**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003. 27 p.